



Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 2

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação de professores e a condição do trabalho docente 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-441-2 DOI 10.22533/at.ed.412190507 1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Abordar o tema “formação de professores e a condição do trabalho docente”, especialmente nos tempos hodiernos, é uma tarefa complexa e delicada. Complexa porque envolve elementos de natureza múltipla, que se fundamentam e se desenvolvem a partir de aspectos legais, sociais, humanos, econômicos, estruturais; e delicada, porque necessita de uma visão crítica sobre a realidade, a fim de buscar olhares e ações sobre os elementos que agregam e se inter-relacionam no campo educacional.

Assim, no intuito de facilitar a compreensão do leitor sobre assuntos tão plurais e possibilitar uma leitura mais prática e agregadora, este livro traz 53 artigos organizados em dois volumes, levando em conta a proximidade dos temas apresentados.

No volume 1, os temas discutidos giram em torno de assuntos relacionados à formação de professores, especialmente no que diz respeito às experiências *da* e *na* formação inicial e continuada, além da gestão democrática.

No volume 2, os autores apresentam seu trabalhos sobre assuntos pertinentes às relações estabelecidas entre educação, formação docente e uso das tecnologias, trazendo contribuições valiosas para a leitura de temas acerca do trabalho docente.

Abordam as transformações ocorridas nesse campo discorrendo sobre a precarização do trabalho, o adoecimento dos professores e a desconsideração dos saberes docentes até chegar à falta de autonomia destes profissionais; apresentam também diferentes metodologias de ensino e recursos didáticos que podem se transformar em estratégias úteis para a melhoria do desempenho discente, assim como trazem à tona estudos sobre a inclusão e o trabalho docente.

Por fim, esta obra caracteriza-se como um rico instrumento para a leitura de profissionais da área da educação ou pessoas que tenham alguma relação com o trabalho docente, pois propicia importantes reflexões acerca do multifacetado cenário educacional.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

TRABALHO DOCENTE

CAPÍTULO 1	1
A INTERATIVIDADE E A SOBRECARGA DE TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE A ATIVIDADE DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	
Marcella da Silva Estevez Pacheco Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.4121905071	
CAPÍTULO 2	14
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA BREVE ANÁLISE DO “ESCOLA SEM PARTIDO”	
Joceli de Fatima Arruda Sousa Thais Fernanda dos Santos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4121905072	
CAPÍTULO 3	26
ADOCIMENTO DE PROFESSORES/AS: O PROCESSO E O CONTEXTO PÓS-READAPTAÇÃO FUNCIONAL	
Cristino Cesário Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.4121905073	
CAPÍTULO 4	39
HISTÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: OFÍCIO DOCENTE E CONSTITUIÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS	
Marta Campos de Quadros Yoshie Ussami Ferrari Leite	
DOI 10.22533/at.ed.4121905074	
CAPÍTULO 5	48
INTERPRETANDO O TRABALHO DOCENTE: ABORDAGENS POSSÍVEIS A PARTIR DOS ESTUDOS DE NORBERT ELIAS	
Mirna Ribeiro Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4121905075	
CAPÍTULO 6	59
O PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: INVESTIGAÇÃO DE ALGUMAS DIFICULDADES RELATIVAS A ESSE CICLO DE ESTUDO	
Sergio Bitencourt Araújo Barros João de Deus Dias de Sousa Filho Francisco de Assis Araújo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.4121905076	
CAPÍTULO 7	70
PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL	
Erlando da Silva Resês Walace Roza Pinel	
DOI 10.22533/at.ed.4121905077	

CAPÍTULO 8 83

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE IPIAÚ – BA

Nauseli de Souza Almeida
Talamira Taita Rodrigues Brito

DOI 10.22533/at.ed.4121905078

CAPÍTULO 9 95

REFLEXÕES SOBRE A GEOGRAFIA E O ADOECIMENTO DOCENTE

Anna Paulla Artero Vilela

DOI 10.22533/at.ed.4121905079

CAPÍTULO 10 105

REFORMA CURRICULAR E CONFLITIVIDADE DOCENTE: A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SÃO PAULO FAZ ESCOLA NA REDE OFICIAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Thiago Figueira Boim

DOI 10.22533/at.ed.41219050710

CAPÍTULO 11 121

SICREDI E O PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA: A INFLUÊNCIA DA LÓGICA PRIVADA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Leila Duarte Reis
Daniela Oliveira Lopes
Vanessa Silva da Silva
Susana Schneid Scherer
Maria de Fátima Cóssio

DOI 10.22533/at.ed.41219050711

CAPÍTULO 12 136

TRABALHO DOCENTE, POLÍTICAS GERENCIALISTAS E CURRÍCULO: POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANA

Cristiane Bartz de Ávila
Ângela Mara Bento Ribeiro
Maria de Fátima Bento Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.41219050712

METODOLOGIAS DE ENSINO E RECURSOS DIDÁTICOS: ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO DISCENTE

CAPÍTULO 13 148

DISPOSITIVOS ELABORADOS PARA LECIONAR ELETROQUÍMICA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO

Marcelo Monteiro Marques
Gabriel Carvalho de Lima

DOI 10.22533/at.ed.41219050713

CAPÍTULO 14 162

ESTUDO DE CASO: UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM PRÁTICAS DE LABORATÓRIO

Ricardo Luiz Perez Teixeira
Cynthia Helena Soares Bouças Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.41219050714

CAPÍTULO 15 170

GINCANA DO pH: ATIVIDADE MOTIVADORA PARA UM SÁBADO LETIVO NO IFPB - CATOLÉ DO ROCHA

Tainá Souza Silva
Raquel Ferreira Dantas
Misael Warly Maia Pereira
Alexsandro Trindade Sales da Silva
João Jarllys Nóbrega de Souza

DOI 10.22533/at.ed.41219050715

CAPÍTULO 16 176

MERCADO DE ENERGIA – UMA ESTRATÉGIA LÚDICA PARA INTRODUIR O METABOLISMO COM ENFOQUE NA ADENOSINA TRIFOSFATO (ATP)

Flávia Carvalho Aguiar
Ingrid Araújo Palhano
Eloíse Batista Toletino de Melo
Luana Lorryne de Faria Martins
Ana Carolina Goulart
Andreia Laura Prates Rodrigues
Leda Quércia Vieira

DOI 10.22533/at.ed.41219050716

CAPÍTULO 17 183

NUMEROX CINÉTICO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE CINÉTICA QUÍMICA EM UMA TURMA DE GRADUAÇÃO EM QUÍMICA

Francisco de Assis Araújo Barros
Patrícia Ribeiro Leal
Sergio Bitencourt Araújo Barros
Janaine Marques Leal Barros

DOI 10.22533/at.ed.41219050717

CAPÍTULO 18 194

O LÚDICO COMO ATIVIDADE AVALIATIVA NO ENSINO DE QUÍMICA: ESTUDO DE CASO NUMA TURMA DE PROEJA DO IFPI

Francisco de Assis Araújo Barros
Lívia Maria de Moura Pimentel
Sergio Bitencourt Araújo Barros

DOI 10.22533/at.ed.41219050718

CAPÍTULO 19 201

POTENCIALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM SOBRE SÍNTESE DE PROTEÍNAS, UTILIZANDO MÚSICA COMO ESTRATÉGIA COMPLEMENTAR

Fabiana América Silva Dantas de Souza
Vaniele Maritissa da Silva
Josilene Maria Silva do Nascimento
Wanessa Mayara da Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050719

CAPÍTULO 20	210
SIMULADORES PARA SMARTPHONES: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DO ELETROMAGNETISMO E CIRCUITOS ELÉTRICOS	
Marcos Antônio Vieira da Silva Antônio Edenilton Leite da Silva Jailson da Silva Soares Isaiane Rocha Bezerra Haroldo Reis Alves de Macêdo	
DOI 10.22533/at.ed.41219050720	
CAPÍTULO 21	218
TRABALHANDO CIÊNCIAS COM TURMAS MULTISSERIADAS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM OFICINAS PEDAGÓGICAS	
Yara Maria Amorim dos Santos Carla Caroline Santana da Silva Mateus Henrique Alves Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.41219050721	
CAPÍTULO 22	223
UMA WEBQUEST PARA FACILITAR O ENSINO DE ISOMERIA ÓPTICA	
Lúcia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite Alanis Luckwu da Silva Robson Cavalcanti Lins	
DOI 10.22533/at.ed.41219050722	
CAPÍTULO 23	230
VÍDEOS MICROBIOLÓGICOS: APRENDENDO E ENSINANDO	
Agnes Kiesling Casali Patricia Costa Lima da Silva Luísa Lemos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.41219050723	
CAPÍTULO 24	236
WEBQUEST COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE LIGAÇÕES QUÍMICAS	
Lúcia Fernanda Cavalcanti da Costa Leite Marcílio Gonçalves da Silva Robson Cavalcanti Lins	
DOI 10.22533/at.ed.41219050724	
CAPÍTULO 25	242
MUSEU COMO ESPAÇO DE RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL E RELIGIOSA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INFORMAL	
Germana Ponce de Leon Ramírez	
DOI 10.22533/at.ed.41219050725	

INCLUSÃO E TRABALHO DOCENTE POSSIBILIDADES DE RECURSOS E METODOLOGIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

CAPÍTULO 26 249

A EFICIÊNCIA NO USO DO MODELO TRIDIMENSIONAL DA CÉLULA ANIMAL NO ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR PARA DEFICIENTES VISUAIS

João Pedro Cardoso de Macedo
Ana Victória Carneiro de Araújo
Wyadyson Francisco de Sousa Maciel
Jeane de Oliveira Moura

DOI 10.22533/at.ed.41219050726

CAPÍTULO 27 259

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE QUÍMICA: MATERIAIS DIDÁTICOS CRIATIVOS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Sérgio Marivaldo dos Santos
Quélia de Souza Sabino
Aldair Lucas Lopes da Silva
Hércules Santiago Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050727

CAPÍTULO 28 263

UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA PARA ATUAR COM ALUNOS SURDOS

Angela Maria de Sousa e Silva
Jeanne Denise Bezerra de Barros
Sabrina Nogueira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.41219050728

CAPÍTULO 29 275

USO DE TABULEIRO NO ENSINO DE CIÊNCIAS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Joaquina Maria Portela Cunha Melo
Gabrielle Cristina de Melo Oliveira
Marcela Oliveira de Sousa
Bruna Moura Cardoso Sousa

DOI 10.22533/at.ed.41219050729

SOBRE A ORGANIZADORA..... 279

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA BREVE ANÁLISE DO “ESCOLA SEM PARTIDO”

Joceli de Fatima Arruda Sousa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Paraná.

Thais Fernanda dos Santos dos Santos

Secretaria Municipal de Educação, Paraná.

Artigo publicado: Revista Educere Et Educare, Vol. 14, N. 31, jan./abr. 2019. Ahead of Print. DOI: 10.17648/educare.v13i31.19048.

RESUMO: No presente trabalho discutimos a precarização do trabalho de uma forma genérica, abordando a precarização do trabalho docente a partir do Projeto de Lei nº867/2015 denominado de Escola sem Partido do qual faz parte políticas de base conservadora e neoliberal que valorizam a meritocracia, as capacidades e competências dos alunos, e por consequência, levam a desvalorização e precarização do trabalho docente com propostas pedagógicas que enxugam currículos que se dão através, por exemplo, da Reforma do Ensino Médio e do PL Escola sem Partido. Nesse contexto, o que este último projeto propõe implicaria a mudança da função docente através de ataque aos professores da educação, tirando-lhes a autonomia de ensinar, de educar e de avaliar. Diante disso, o objetivo precípua deste trabalho, que está estruturado em um estudo de cunho bibliográfico, consiste em apresentar ainda que de maneira introdutória uma análise do Escola

sem Partido e com ela a precarização do trabalho docente que é a liquidação da escola pública como espaço de formação humana. Sobre a base dos pressupostos do Escola sem Partido é que iremos, neste trabalho, expor os problemas advindos desse Projeto de Lei e seus impactos na educação e no trabalho docente.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional; Censura na escola; Educação.

THE PRECARIZATION OF TEACHERS WORKING CONDITIONS: A BRIEF ANALYSIS OF THE “APOLITICAL SCHOOL”

ABSTRACT: On the present paper we discuss the precarization of the teachers working conditions through the law project number 967/2015, named after “Apolitical School”, which contains conservative and neoliberal policies that encourage the meritocracy, the abilities and competences of the students and, by consequence, lead to the depreciation and precarization of the teachers working conditions by pedagogical prepositions that drain out the school curriculum and happen through projects like the High School Reform and Apolitical School. Regarding this, the propositions of this last project implicates the changing in the function of the teachers at work, taking away from them the autonomy in teaching, educating

and evaluating the students. Therefore, the goal of this of this paper, which is structured on a bibliographic study, consists in an introductory analysis of the project Apolitical School and within it the precarization of the teachers working conditions that is the annihilation of the public school as a place of human formation. On the basis of the presupposes of the project Apolitical School we will show the problems that come from this project and its impacts on both the education and the teachers working conditions.

KEYWORDS: Education public polices; Censure in schools; education.

1 | INTRODUÇÃO

As reformas educacionais que estão sendo implantadas no Brasil vêm causando agudizada precarização do ensino público e na profissão docente. Tais reformas no campo educacional são consequências de mudanças no campo social, político e econômico. Essa precarização está ocorrendo em todos os níveis e modalidades da educação pública. A educação brasileira encontra-se seguindo a lógica do sistema de produção capitalista, que está voltado para o acúmulo de capital e apropriação da mais-valia produzida pela classe trabalhadora. Trata-se, portanto, de uma educação técnica, utilizada por uma classe para se manter no poder através da implantação de ideologias alienantes, impedindo a classe trabalhadora de compreender a importância dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos para formação e emancipação humana.

Assim, iniciamos este trabalho com uma análise do programa “Escola sem partido”, denominado Projeto de Lei nº867/2015 do qual faz parte políticas neoliberais que valorizam a meritocracia, capacidades e competências dos alunos. Este projeto é tido como continuidade de políticas que visam o desmonte das instituições de educação pública, gratuita e de qualidade. Para isso, nos utilizaremos de artigos produzidos no livro recém lançado, organizado por Gaudêncio Frigotto que tem como título “Escola sem Partido Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira” e também no *site* online do projeto “Escola sem Partido”.

Finalizamos, apresentando as consequências desse projeto “Escola sem Partido”, que é a liquidação da escola pública enquanto espaço de formação humana e a desvalorização e precarização do trabalho docente.

2 | O PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO”

O projeto “Escola sem Partido” foi criado em 2004, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006, 2006-2010), tendo como objetivo combater a doutrinação política e ideológica em sala de aula, que segundo aqueles que o propõem, fere a liberdade de consciência do estudante (PENNA, 2017) e, assim, “afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático”,

pois utiliza o sistema de ensino para desqualificar no jogo político em favor de um dos competidores ou partido.

Naquele momento não havia um terreno propício para que esse projeto ganhasse notoriedade. Passada uma década, o projeto, retorna à baila, utilizando-se de uma linguagem simplista, apresentando de forma reduzida questões a falsas alternativas, desta maneira:

Em 2014, o Deputado Estadual Flávio Bolsonaro (RJ) solicitou ao criador do projeto, o Procurador Miguel Nagid, que desenvolvesse um projeto de lei para por em prática as proposta de seu movimento. Apresentado a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj), o Projeto de Lei nº 2.974/2014 é proposto no âmbito do sistema de ensino do estado. Ato a seguir, o Vereador Carlos Bolsonaro apresentou a Câmara dos Vereadores “um projeto quase idêntico, o PL nº 867/2014”. Em seguida, Miguel Nagib disponibilizou ambos no *site* do programa, para deputados e vereadores de qualquer parte do Brasil (CIAVATTA, 2017, p. 12).

O movimento se apresenta através de um *site* que funciona como um meio de:

veiculação sistemática de ideias, de instrumentalização de denúncias e de disseminação de práticas e procedimentos de vigilância, controle e criminalização relativos ao que seus organizadores entendem como “Práticas de doutrinação” (ALGEBAILLE, 2017, p. 64).

O *site* oferece suporte para que os alunos possam realizar o monitoramento e identificação de “Práticas de doutrinação” nas salas de aula, livros didáticos, programas formativos em materiais escolares e acadêmicos, e principalmente, das atividades docentes para denunciá-los.

Conforme o *site*, a página online do projeto “Escola sem Partido”:

é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. O pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

O *site* tem como intuito que alunos, pais e/ou responsáveis compreendam que o projeto busca que os mesmos tenham conhecimento dos seus direitos e os professores passem a cumprir o que está posto, coloca que o programa propõe “informar e educar os alunos sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores; basta informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar”.

Sabemos que a intenção desse projeto é de liquidar a escola pública como espaço de formação humana, de valorização e respeito ao direito a diversidade, os valores de liberdade e de convívio democrático. Esse projeto censura, condena e reprime os professores de expressarem seu pensamento e análise crítica da realidade, também é um meio de privar o aluno de escola pública de compreender a sociedade e que adquira consciência da classe a qual pertencem, e mais, que isso pode ser mudado. Pois, o que buscamos como nos afirma Frigotto, é que,

as escolas públicas não apenas adestrem e ensinem o que os organismos internacionais, sentinelas do mercado e lucro, querem que aprendam, mas também que eduquem para uma leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país (FRIGOTTO, 2017, p. 23).

Esse projeto busca o contrário daquilo que primamos enquanto educadores, busca a conformação e a perpetuação da sociedade de classes.

O projeto objetiva também uma lógica de desqualificação do professor, por aproximar-se de uma lógica de mercado, “que consiste em pensar a educação como uma relação entre alguém que está prestando um serviço e um consumidor. Isso é explícito”. Considerando que, “Miguel Nagib afirma que a inspiração do projeto Escola sem Partido foi no Código de defesa do consumidor”. Dessa forma, fica evidente “que o projeto é baseado no Código de Defesa do Consumidor, uma tentativa de pensar a educação como uma relação de consumo” (PENNA, 2017, p. 39).

Desta forma, a educação se torna uma mercadoria, uma relação de troca entre quem usufrui de recurso financeiro e quem vende sua mão-de-obra pelo menor custo. O professor nesta relação de troca tem que se sujeitar a receber o que lhe oferecem em troca de seu serviço e as condições postas pelos clientes, e caso não se submeta, será descartado e substituído imediatamente por outro que aceite as condições.

Para Penna (2017) o Código de Defesa do Consumidor fica explícito no artigo 5º Dever do professor proposto pelo site do Programa Escola sem Partido, na qual “o professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Deste fragmento podemos confirmar que “no modelo de mercado, a relação educacional é reduzida a uma relação de consumo, então o aluno é consumidor, ele tem direito de demandar o que ele bem entender do prestador” (PENNA, 2017, p. 40).

O site do projeto tornou-se rapidamente uma ferramenta de ameaça e repressão do trabalho dos docentes de escolas básicas e ensino superior públicos. As redes sociais são as mais utilizadas pelos agressores que usam frases e analogias em relação ao professor que fere profundamente sua humanidade. Conforme Penna,

Pelas analogias voltadas à docência, que desumanizam o professor. Normalmente, analogias que tratam o professor como um monstro, um parasita, um vampiro. No próprio “Quem somos” do *site* escolasempartido.org, como eles descrevem? “Uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de *contaminação* político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis de ensino, do básico ao superior” (PENNA, 2017, p. 42).

Através da análise feita do projeto “Escola sem Partido” podemos perceber a essência do mesmo, que consiste em silenciar o professor em sala de aula impedindo a transmissão de conhecimento sistematizado ao aluno da escola pública, justificando assim o ataque, a precarização e a desvalorização do seu trabalho. O *site* criado pelos defensores da PL nº 867/2015 e demais projetos em âmbito nacional, estadual e municipal, propõe “um canal de denuncia direto entre os alunos e a Secretária de Educação que receberia denúncias anônimas e passaria para o Ministério Público.

Esse clima de denunciamento já é muito forte” (PENNA, 2017, p. 44).

Em concordância com Penna (2017, p. 48), “temos que continuar pressionando para impedir o avanço, no legislativo, desses projetos, mas algo que assusta muito é o fato de esse discurso já estar sendo compartilhado por parte da nossa sociedade”. Afinal, o projeto ignora o que está legitimado na Constituição Federal e assim, impede de os professores realizarem sequer sua defesa perante os alunos, pais e sociedade, sendo “um projeto de lei que versa sobre a ética profissional do professor e não inclui esse professor em nenhum momento, seja ao longo da tramitação ou nas audiências públicas” (PENNA, 2017, p. 48).

3 | A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE A PARTIR DO “ESCOLA SEM PARTIDO”: LIQUIDAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO HUMANA.

No atual sistema de divisão social do trabalho em classes distintas e hierarquizadas, a educação encontra-se voltada para a perpetuação da reprodução do capital. Como aponta Chauí (1984), é preciso distinguir duas faces do trabalho vinculadas a esta divisão hierárquica do trabalho. De um lado, está o lado livre e espiritual do trabalho, que surge como expressão de uma vontade livre e dotada de fins próprios, determinados pela classe burguesa; de outro, há o trabalho realizado pelo trabalhador assalariado, comparado ao trabalho da máquina, que surge para este indivíduo como mera necessidade e para quem os fins do trabalho são estranhos. A autora, pautada em Marx discorre que,

o processo que engendra o capitalismo só pode ser um: o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de seu trabalho, processo que, por um lado, converte em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto, por outro lado converte os produtores diretos em assalariados (CHAUI, 1984, p. 14).

Neste sistema, por meio da imposição de um currículo, a classe detentora dos meios de produção e, portanto, hegemônica, determina quais conhecimentos serão transmitidos para as demais classes. Porém, este currículo é contraditório ao que Saviani (2016) coloca, na qual currículo são atividades nucleares desenvolvidas pela escola ao longo do ano letivo, atividades estas direcionadas para que os alunos tenham uma boa educação e formação. O currículo deve ser voltado para transmitir os conhecimentos sistematizados, elaborados e produzidos ao longo do tempo pela humanidade.

Segundo Saviani (2016) o currículo disponibilizado para as demais classes, – as menos abastadas – possui restrição no acesso à cultura erudita, pois a classe detentora dos meios de produção tem conhecimento que conferirá, aqueles que dela se apropriam, uma condição de privilégio. Assim, segundo o autor, as demais classes

devem ter acesso a um currículo, na escola, que proporcione o acesso à cultura letrada, pois para se libertar da dominação, os dominados precisam dominar aquilo que os dominantes dominam. Isso pode ocorrer através da democratização da escola, mas para democratizar a escola, é necessário torná-la acessível para toda população, e ao mesmo tempo, oferecer o conteúdo específico, ou seja, da cultura letrada, do saber sistematizado. O povo não precisa da escola para ter acesso à cultura popular, esta já possui, mas precisa da escola para ter domínio do saber elaborado (SAVIANI, 2016).

Assim, “compreender as práticas curriculares nesta perspectiva, atravessadas pelas exigências da nova ordem econômica e política, torna-se necessário, ainda que difícil” (SAMPAIO; MARIN. 2004, p.1205). O currículo mínimo das escolas públicas está limitado ao mero saber técnico, por meio do qual o aluno pertencente à classe trabalhadora tem condições de aprender somente o suficiente para conseguir trabalhar, tomemos como exemplo recente, a reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória (MP) nº 746/2016, aprovada e transformada na Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017, que se “trata de uma reforma contra os filhos da classe trabalhadora, negando-lhes o conhecimento necessário ao trabalho complexo e à autonomia de pensamento para lutar por seus direitos” (FRIGOTTO, 2017, p. 357). A proposta da reforma do Ensino Médio visa o crescimento econômico do país através da inserção maciça de jovens no mercado de trabalho,

a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade. Nessa perspectiva, no âmbito da educação, seriam aspectos necessários para elevar as condições de competitividade do Brasil no mercado internacional (FRIGOTTO, 2017, p. 357-358).

Assim, se apresenta a velha dualidade da educação, dos anos de 1970, a universidade para os filhos de quem está na condução do país e educação profissional, em nível médio, para os filhos de trabalhadores.

Neste contexto, a maioria dos indivíduos que compõem a base da escala de produção tem acesso a uma educação que está voltada a ensiná-los o necessário para produzir mercadorias e gerar riquezas, pois “todos os sujeitos que tem apenas a força de trabalho para produzir existência, vivem sob o domínio do capital [...]” (GHELLERE, GOLÇALVES, 2013, p. 70).

Dessa forma, o docente com formação crítica voltada para emancipação humana, nesse quadro esboçado da Escola sem Partido, ao atuar numa instituição de ensino com seu trabalho direcionado a conscientizar seus alunos e colegas de profissão sobre a importância de lutar para romper com a lógica do capital é tido como “doutrinador ideológico”, sofrendo repressão pelos alunos e colegas de profissão, pois oferecer conhecimento científico e político à classe trabalhadora representa uma ameaça para classe detentora de poder, logo o trabalho docente pode contribuir para o fim da acumulação de capital, assim, nesse tipo de política:

[...] se identifica um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos

professores. Ou seja, as reformas em curso tendem a retirar deles a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

Podemos observar essa situação, na qual o trabalho docente vem sofrendo crescente precarização por representar uma ameaça ao sistema, dessa maneira:

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho do Estado tem tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego do magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

A Educação pública e o trabalho docente vêm ao longo dos anos sofrendo com a precarização, tanto que o ensino que deveria ser público, gratuito e de qualidade garantido pelo Estado, está sendo substituído por um ensino de baixo custo e flexibilização do trabalho, na qual oferece melhores condições ao empregador, seja ele o Estado ou não, de usufruir da Lei e se beneficiar nas relações de contratação e demissão. A exemplo disso, segundo o Jornal Online CBN Diário:

[...] prefeitura de Angelina, pequeno município da Grande Florianópolis, abriu licitação para a contratação de serviços para professor de educação física pelo menor valor. Conforme o edital da prefeitura, o valor máximo oferecido para um serviço de 20 horas não poderia ultrapassar R\$ 1,2 mil.

A abertura de um leilão para contratar professor por menor preço desconsidera que o recomendado é por Concurso Público ou Processo Seletivo Simplificado (temporários), que garante direitos trabalhistas de recebimento do salário inicial da categoria.

Assim, se utiliza a precarização do público para difundir a privatização e reafirmação da educação enquanto mercadoria, na qual quem desejar uma educação com conteúdo científicos, filosóficos, artísticos e epistemológicos, deve recorrer ao ensino privado, já mercadoria.

Desta forma, o ensino público deverá permanecer com instalações precárias das escolas, “condições precárias de formação, de trabalho e de salário dos professores, inadequação e insuficiência dos currículos, materiais didáticos e métodos pedagógicos” (SAVIANI, 2005, p. 267), acreditando que os mesmos não melhorarão sua condição financeira devido sua falta de esforço e competência, sendo assim condenados e castigados pela “meritocracia”, pois “O Capital tem interesse em conformar sujeitos que aprenderão a valorizar o mérito individual, a mudança, a flexibilidade, a insatisfação “saudável” com o nível de aperfeiçoamento conseguido [...]” (FERRETTI, 2005, p.112).

Concomitantemente, à desvalorização da escola pública acontece com a precarização do trabalho docente, o que faz com que o docente tenda a aumentar suas atribuições para atender a necessidade do mercado de trabalho, devendo tornar-se flexível para executar diversas atividades no âmbito educativo e sujeitar-se a longas jornadas de trabalho, como adverte Oliveira (2004, p. 1140): “os trabalhadores

docentes veem-se forçados a dominar novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções”. Além de que, o que está na esteira do discurso é que a escola pública não é boa porque os professores não são bons, não são bem formados, o que o discurso não evidencia são as condições de trabalho cada vez mais extenuantes, salários aviltantes e nenhum incentivo ou estímulo para melhor qualificação.

Como podemos ver, são diversos os fatores que acarretam a precarização do trabalho docente. Para Sampaio e Marin,

Questões bem visíveis da precarização do trabalho do professor refere-se ao salário recebido pelo tempo de dedicação as suas funções, sobretudo quando se focaliza a imensa maioria, ou seja, os que atuam nas diversas escolas da rede pública (SAMPAIO; MARIN. 2004, p.1210).

Ainda segundo Sampaio e Marin (2004, p. 1210) sobre o salário:

A situação salarial brasileira melhora um pouco com o passar dos anos de atividade docente, por meio dos incentivos dados como adicionais por tempo de serviço ou de qualificação. Assim mesmo permanecem em posição bem inferior comparados com os incentivos dados em outros países.

As condições de trabalho e o salário são fatores que incidem fortemente sobre a precarização do trabalho docente, mas não são os únicos. O projeto de Lei “Escola sem Partido” visa à retirada de autonomia do docente em sala de aula.

Além da distorção sobre o que sejam os processos educativos, o projeto pretende o “silenciamento” do professor da escola pública, colocando-o “no lugar do elemento perigoso, que precisa ser contido, calado e ‘amordaçado’ para não ameaçar e contrariar a liberdade de consciência e de crença dada pela educação familiar (CIAVATTA, 2017, p. 13).

A precarização do trabalho docente está aumentando devido à ideologia implantada pelos detentores do poder que veem esta profissão como ameaça ao sistema conservador, reproduzido pela mídia “que manipula a opinião pública com a produção sistemática das versões da realidade, versões que interessam a quem essa mídia representa e da qual é parte: o capital” (FRIGOTTO, 2017, p. 20). Infelizmente, quem é atingido por essas informações manipuladas pela mídia são pessoas que não possuem escolaridade ou com baixo nível de escolaridade e poder econômico. Assim:

A miséria econômica de milhões de famílias, em especial as que vivem nas periferias urbanas em favelas e nas regiões rurais abandonadas ao seu destino, às condenam também à miséria educacional e cultural e as deixam reféns da manipulação da mídia e de um crescente mercado de seitas religiosas que usam “deus” como mercadoria (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

Desta maneira, o docente que busca proporcionar aos seus alunos conhecimento para uma formação crítica, política e emancipatória é uma ameaça à hegemonia política e econômica brasileira e mundial. O docente que enfrenta o sistema opressor é tido como doutrinador, devendo ser combatido desde sua formação docente, conseqüentemente:

O passo necessário neste processo implicaria a mudança da função docente iniciando pelo ataque aos profissionais da educação, tirando-lhes a autonomia

de ensinar, de educar e de avaliar. No mesmo processo, atacar as universidades públicas com a justificativa de que, ao incluírem em seus currículos de formação de professores de economia, Sociologia, Filosofia, etc., ideologizam o que deve ser a formação docente – treinar para ensinar. Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do poder (FRIGOTTO, 2017, p. 29).

Desta forma, o projeto “Escola sem Partido” contribui para precarização do trabalho docente no ensino superior, principalmente de instituições públicas de ensino e pesquisa, intimidando e constringendo estes profissionais com acusações de que o mesmo “adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica”, tirando sua liberdade de escolha de materiais relacionados à disciplina por afirmarem que “ridiculariza gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas”.

A liberdade de ensinar na profissão docente é garantida na Constituição Federal, como aparecem no artigo 206, Inciso II: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, assim no projeto de Lei “eles estão excluindo todas as atribuições vinculadas ao ofício do professor, à sua atividade profissional, ou melhor, dizendo à docência” (PENNA, 2017, p. 41). Portanto, “a desqualificação do professor no projeto parece como a remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão” (PENNA, 2017, p. 41).

A Constituição Federal de 1988 possibilitou a ampliação significativa dos direitos sociais e subjetivos aos cidadãos brasileiros, mas caso seja aprovado o Projeto de Lei ocorrerá à violação de avanços históricos como:

[...] o direito universal à educação básica, incluindo o ensino fundamental e médio; o reconhecimento de cidadania aos povos originários com a diversidade de sua cultura, suas línguas e suas crenças; ampliação dos direitos aos portadores de necessidades especiais etc.” (FRIGOTTO, 2017, p. 21).

O *site* de divulgação do programa “Escola sem Partido” gera desqualificação do trabalho docente através do discurso “constante de que nenhum pai é obrigado a confiar no professor” (PENNA, 2017, p. 38) retirando a credibilidade do professor perante os pais e a sociedade. Desta forma, “o *site* faz esse chamamento e acolhe parte das respostas, incorporando-as ao seu programa geral de discussão” (ALGEBAILLE, 2017, p. 69), depoimentos estes que são utilizados para denegrir a imagem dos docentes e sua profissão perante os pais e demais membros da sociedade.

Assim, a criação do *site* que supostamente visa interação entre as “vítimas” de “doutrinação ideológica” com seus defensores, ocultando assim seu propósito de:

Incorporar pessoas de forma utilitária, seletiva e subordinada, de modo que elas possam, por meio de sua participação fragmentária, referendar posições que já estão definidas e decisões que são tomadas por um rol bem mais restrito de participantes (ALGEBAILLE, 2017, p. 69).

O projeto ainda realiza ataques aos docentes da educação básica e superior, colaborando com a desvalorização do docente e do seu trabalho. Em concordância com Ramos (2017, p. 81):

Uma das contradições virtuosas próprias à educação escolar é exatamente o fato de que o acesso ao conhecimento sistematizado da classe trabalhadora possibilita a essa classe compreender o mundo e ampliar sua capacidade de transformá-lo, primeiramente no plano mais imediato de suas vidas e, mediatamente, por meio de sua organização coletiva. Assim, o sentido político do conhecimento está no fato de que o acesso a ele, pelos dominados, é força material na luta social.

Os defensores do projeto acusam os docentes de serem doutrinadores ideológicos em sala de aula por abordarem conteúdos que os mesmos apontam que não deveriam ser discutidos na escola como raça e etnia, religiosidade e gênero, capitalismo e socialismo. Sendo que “o pensamento hegemônico que orienta historicamente a educação brasileira não é de esquerda, ao contrário, as forças conservadoras tem tido êxito em suas orientações” (RAMOS, 2017, p.80).

Desta forma, podemos compreender como está distribuído o conhecimento e o motivo da preocupação dos dirigentes do poder com os docentes com formação crítica e emancipatória:

A desigualdade na distribuição do conhecimento que interessa à classe dominante e dirigente explica, então, porque neste país se continua tendo escolas pobres e para pobres. Explica, ainda, porque a Escola sem Partido quer controlar particularmente as políticas curriculares e a prática pedagógica da escola pública. Para eles, certamente, o professor que vem dos segmentos populares ou os “intelectuais de esquerda” que atuam nessas escolas são ameaçadores. Daí controlá-los, perseguí-los e criminalizá-los” (RAMOS, 2017, p. 82).

Portanto, o projeto possibilita que os dirigentes do poder econômico e político possam utilizar pais, membros da comunidade, da sociedade e alunos para defender seus interesses e gerar medo e coerção nos docentes. Infelizmente, poucos são capazes de compreender as consequências adquiridas com a aprovação da PL que pode levar a liquidação da escola pública como espaço de formação humana. Assim, a formação torna-se efetivamente direcionada para o mercado de trabalho, na qual o indivíduo vai depender de um conjunto de saberes, competências e credenciais, passando a educação a ser um investimento individual e não coletivo.

No cenário apontado, Espinosa e Queiroz (2017, p. 61) nos mostram com clareza a dimensão o projeto “Escola sem Partido”, ele “se coloca como uma ferramenta para que, neste momento conturbado por que passa a política e a sociedade brasileira, seja implantado um projeto de um forte retorno ao conservadorismo após treze anos de governos progressistas no Brasil”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações acima, resultantes da análise do projeto de lei “Escola sem Partido”, têm como foco expor as consequências trazida por esta PL, que propõe o

fim da suposta “doutrinação ideológica” por parte dos professores do ensino básico e superior das instituições públicas. O objetivo foi mostrar que essas acusações aos docentes apresentam interesses econômicos e políticos implícitos por parte de seus defensores.

Para que o objetivo da PL seja alcançado foram lançados ataques aos responsáveis na transmissão de conhecimento, ou seja, o docente. O professor passou a ser visto como ameaça para aqueles que “advogam o fim da escola e o esvaziamento dos conteúdos educacionais e a desvalorização do magistério” (ORSO, 2017, p. 137), devendo ser calado para evitar que sejam reveladas a lógica do atual sistema produtivo, econômico e político. Desta forma, o trabalho docente tornou-se alvo de ofensas agressivas, hostilizações por parte da sociedade como um todo, sendo utilizado como ferramenta para desviar os olhos do verdadeiro problema da sociedade: o Sistema Capitalista.

Podemos observar o ataque à classe de professores por meio da precarização, desvalorização e retirada de sua autonomia de ensinar e como trabalhar em sala de aula, tendo suas atividades escolares e materiais monitorados. Os defensores do PL colocam o docente como um criminoso, que deve ser vigiado e denunciado quando descumprir as regras, ou seja, ao transmitir o conhecimento produzido pela humanidade o docente está cometendo o que a classe detentora aponta como crime, oferecendo emancipação humana e política para que a classe trabalhadora reivindique o fim da exploração, das classes sociais e da dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

Portanto, os docentes devem lutar em coletividade com sua classe para combater este mal que assombra a educação pública, impedindo que esta instituição seja direcionada ao ensino de competências e habilidades para o mercado de trabalho, a reprodução de mão-de-obra barata e ofereça uma formação não humanizadora. Os profissionais docentes devem persistir e ter resistência para que a escola pública permaneça como espaço de formação humana, impedindo que ocorra o seu desmonte, “a desvalorização dos profissionais e o esvaziamento das possibilidades de ensinar, aprender e educar” (ORSO, 2017, p. 133).

REFERÊNCIAS

#ESCOLASEMPARTIDOJÁ: **O projeto**. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/projeto>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 63-74.

CBN DIÁRIO. **Prefeitura de Angelina abre leilão para contratar professor por menor preço**. Disponível em: <http://cbndiario.clicrbs.com.br/sc/noticia-aberta/prefeitura-de-angelina-abre-leilao-para-contratar-professor-por-menor-preco-193952.html>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CIAVATTA, M. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 07-15.

ESCOLA sem Partido: Flagrando o Doutrinador. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Estado sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 49-62.

FERRETTI, C. J. Empresários, Trabalhadores e Educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, J. C. ; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.) **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005, p. 97-118.

FRIGOTTO, G.. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 17-34.

GHELLERE, F. C.; GONÇALVES, S. R. **Reflexões acerca da educação na sociedade de classe**. Pará de Minas, MG: Editora Virtualbooks, 2013.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: **Educação e Sociedade**, v.25, n.89. Campinas, Set./Dez. 2004, p. 1127-1144.

OLIVEIRA, L. A. **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. – 1ª ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORSO, P. J. Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 133-144.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

RAMOS, M. N. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho docente. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 75-85.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. In: **Educação e Sociedade**, v.25, n.89. Campinas, Set./Dez. 2004, p. 1203-1225.

SAVIANI, D. Educação Escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. IN: **MOVIMENTO Revista de educação**. Ano 3, número 4, 2016.

SAVIANI, D. Educação Socialista, Pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In.: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (orgs.) **Marxismo e Educação**: Desafios contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant'Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-441-2

